

Líderes cobram fim da crise

JORNAL DO BRASIL

22 JAN 1999

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – Os líderes dos partidos governistas cobraram do presidente Fernando Henrique medidas mais efetivas para a superação da crise econômica. Eles acreditam que o enfrentamento da crise tem que resultar na sua superação dentro de um prazo de 90 dias. A cobrança foi feita durante a reunião do presidente com os líderes aliados e oito ministros, no Palácio da Alvorada. No encontro, as lideranças governistas deixaram claro que o Congresso já fez sua parte, votando o ajuste fiscal e aprovando medidas antipáticas à população, e que agora cabe à equipe econômica tomar as medidas necessária para reduzir a taxa de juros, estancar à fuga de capitais e recuperar a credibilidade do Brasil no exterior. A iniciativa de cobrar da equipe econômica rapidez para a solução da crise brasileira partiu do líder do PMDB, deputado Geddel Vieira Lima (BA). “Agora a equipe econômica tem de dar uma resposta efetiva”, afirmou Geddel, na reunião. Segundo ele, o presidente Fernando Henrique disse esperar que a situação econômica melhore em três meses. “O presidente fez uma demonstração de expectativa da melhoria da situação econômica nos próximos 90 dias”, contou Geddel. A iniciativa do líder pemedebista teve a concordância de todos os líderes da base aliada. “Nós dissemos ao presidente que o Congresso fez tudo o que devia ter feito e ele concordou conosco”, disse o líder do PSDB, deputado Aécio Neves (MG). Na avaliação das lideranças governistas, a equipe econômica precisa agora corresponder ao esfor-

ço do Congresso, que já aprovou a maioria das medidas do ajuste fiscal.

Emprego – Na reunião, o presidente Fernando Henrique disse que quer marcar seu segundo mandato priorizando as políticas de desenvolvimento industrial, sem prejuízo da estabilidade fiscal e monetária. E para isso pediu ao ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, um maior entrosamento com o ministro do Desenvolvimento Industrial, Celso Lafer, para geração de novos empregos. “O presidente disse que temos de avançar na política econômica, lutar pela queda dos juros e gerar mais empregos”, disse o líder do PPB, deputado Odelmo Leão (MG). “O presidente falou muito em manter o controle da inflação. Mas não falou em mudança da política de juros”, afirmou o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

Indexação – Fernando Henrique afirmou ainda que o governo vai agir firmemente em relação a General Motors (GM), que anunciou um aumento em até 11% dos preços dos automóveis. “O presidente disse que não podemos ter uma indexação agora sob a alegação de que a GM não está contabilizando os lucros que terá com as exportações, apenas os prejuízos com as importações”, explicou Aécio Neves. Segundo ele, o presidente Fernando Henrique estava muito mais animado ontem que na quarta-feira, antes da votação do projeto que taxa os inativos. “O presidente estava extremamente tenso anteontem, mas ontem ele estava mais animado. Fez até brincadeiras durante a reunião. Brincou dizendo que o governo está sem dinheiro para comprar café e colocar flores

em seu gabinete”, disse o tucano.

A reunião ocorreu pela manhã, antes de o mercado financeiro abrir e as cotações do dólar dispararem e as das bolsas despencarem. Por isso, o discurso do presidente foi bastante otimista. Fernando Henrique contou que havia conversado com o representante inglês do G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo), que fez uma avaliação de que o Brasil hoje está mais para a Inglaterra de 1992 que para o México de 1994. Em 92, a Inglaterra promoveu uma mudança cambial na libra e estabilizou sua economia. Mas o México, que desvalorizou o peso em 94, não conseguiu segurar a inflação.

■ O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Reginaldo de Castro, confirmou, ontem, que a entidade está analisando a constitucionalidade do projeto de lei aprovado pela Câmara, instituindo a cobrança de contribuição previdenciária sobre os inativos da União. Segundo Reginaldo de Castro, não se trata do inciso 6 do art. 6º da Constituição (“irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo”), como um de seus assessores havia anteriormente citado como atingido pelo projeto de lei, mas do inciso 4 do art. 194. De acordo com este dispositivo constitucional, a seguridade social será organizada com base em sete objetivos, dentre eles a “irredutibilidade do valor dos benefícios”. Mas qualquer medida judicial da OAB vai depender da aprovação final da matéria pelo Senado, e da reunião do Conselho Federal da Ordem, marcada para o dia 8 de fevereiro.